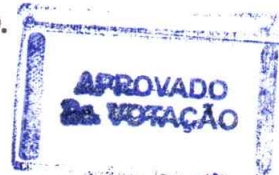


PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO DE Nº 002, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020.



**APROVADO**  
**1ª VOTAÇÃO**

*[Assinatura]*  
09/10/20

*Dispõe sobre a fixação dos valores dos subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Ibaretama, para a legislatura 2021/2024, e dá outras providências.*

09/10/20

*[Assinatura]*

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBARETAMA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 7º, incisos VI, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal; art. 24 e art. 25, ambos da Lei Orgânica de Ibaretama; art. 29, VI, “b” e inciso VII, e §1º; art. 37, XI; art. 39, §4º, todos da Constituição Federal, apresenta a esta proba Casa o seguinte Projeto de Lei que fixa os valores dos subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Ibaretama, para a legislatura 2021/2024, fixados em parcela única, e da outras providências.

**Art. 1º.** O subsídio mensal dos Vereadores de Ibaretama, para a próxima legislatura, fica estabelecido o valor teto de **R\$ 5.700,00** (cinco mil e setecentos reais).

Parágrafo Único – O Presidente eleito e em exercício da Câmara Municipal perceberá um subsídio total de **R\$ 7.700,00** (sete mil e setecentos reais).

**Art. 2º.** O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Ibaretama, para a próxima legislatura, fica estabelecido o valor teto de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais).

**Art. 3º.** O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Ibaretama, para a próxima legislatura, fica estabelecido o valor teto de **R\$ 8.000,00** (oito mil reais).

**Art. 4º.** O subsídio mensal dos Secretários Municipais do Município de Ibaretama, para a próxima legislatura, fica estabelecido o valor teto de **R\$ 5.700,00** (cinco mil e setecentos reais).

**Art. 5º.** Os valores constantes neste Projeto de Lei, só terão validade a partir de 01 de janeiro do ano de 2022.

*[Assinaturas]*

**Art. 6º.** O último dia útil do mês corrente é o limite máximo para os pagamentos dos subsídios dos agentes públicos da Câmara Municipal de Ibareta, fixados em parcela única, ficando vedado aos subsídios constates nesta lei o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória que diferencie dos demais.

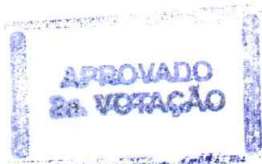
**Art. 7º.** Os subsídios de que trata esta lei obedecerão à Constituição Federal do Brasil e, no que não a contrarie, ao Regimento Interno da Câmara, a Lei Orgânica do Município e às demais leis municipais, no que tange aos valores, aos descontos de impostos e a descontos por faltas injustificadas e demais regramentos legais.

**Art. 8º.** Os subsídios mensais previstos nesta lei poderão ser reajustados, na mesma data do reajuste dos servidores municipais, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal, até o montante da inflação do período, apurado com base no INPC (Índice de Preço ao Consumidor), observado ainda, os limites estabelecidos no art. 29 da CF/88.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2022.

**CÂMARA MUNICIPAL DE IBARETAMA/CE, 002, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020.**



09/10/20  
Cttr

*Valberleno Lopes Olieira*  
**VALBERLENO LOPES OLIEIRA**

Presidente

*Antonio Lucilio Saturnino*  
**ANTONIO LUCILIO SATURNINO**

Vice-Presidente

**FRANCISCO CARLIANDO DE ALMEIDA**

1º Secretário

*Carlos Igor Matos Cunha*  
**CARLOS IGOR MATOS CUNHA**

2º Secretário

**APROVADO  
1a. VOTAÇÃO**

*Cttr*  
09/10/20



### JUSTIFICATIVA

Este projeto de Lei cumpre o disposto no art.24 e 25, ambas da Lei Orgânica do Município, que assim dispõe:

Art. 24 - compete a câmara municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições;

II - fixar a remuneração do Prefeito do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observado o disposto no inciso V do Art. 29 da Constituição Federal e o estabelecido nesta Lei Orgânica;

Art. 25 – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislação seguinte, observado o disposto na Constituição Federal e na do Estado.

O projeto está em consonância com o disposto na Constituição Federal, art.29, VI, que assim disciplina:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

VI - O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

**b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;**

Considerando que os Vereadores desempenham função de suma importância no município, uma vez que são eles que propõem leis para melhorar a vida da população; que são os vereadores que fiscalizam o Prefeito para que os recursos do município sejam gastos de forma adequada e em benefício da população e que os vereadores são responsáveis diretamente para ajudarem as suas comunidades que batem em suas portas em momentos de aflição; é necessário que os vereadores recebam um salário que seja necessário para que possam continuar desempenhando suas funções parlamentares em prol da população da melhor forma possível.






É importante frisar que os salários dos vereadores não estão sendo aumentados, mas apenas sendo atualizados, uma vez que desde 01.01.2017 que não tem absolutamente nenhum reajuste.

Também, porque a Prefeitura não terá nenhum aumento de gasto com a Câmara, haja vista que o valor que é repassado mensalmente para a Câmara é fixo, ou seja, do mesmo valor que a Câmara recebe mensalmente da Prefeitura é que se vai reajustar os salários dos vereadores.

Importante também ressaltar que dentre os municípios da região central o de Ibaretama é o que paga o menor salário para seus vereadores.

Por estas razões, esperamos contar com o apoio dos Ilustres colegas vereadores para a aprovação da presente matéria.

**CÂMARA MUNICIPAL DE IBARETAMA/CE, 002, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020.**

  
**VALBERLENO LOPES OLIEIRA**

Presidente

  
**ANTONIO LUCILIO SATURNINO**

Vice-Presidente

**FRANCISCO CARLIANDO DE ALMEIDA**

1º Secretário

**CARLOS IGOR MATOS CUNHA**

2º Secretário